

Questões sobre os projectos da "AILE" e as actividades da Advance Station em escolas públicas



De Elisabete Tavares <etavares@paginaum.pt>
Para <info@advancestation.pt>, Info <info@aile.org.pt>
Data 2026-08-28 02:06

Exmos. Senhores,

Na sequência da investigação que o PÁGINA UM tem vindo a realizar sobre as denúncias da DECO e de encarregados de educação envolvendo as actividades da "AILE – Associação Internacional Lusófona para a Educação" e da Advance Station, anteriormente denominada Joviform – Consultoria Empresarial, vimos solicitar os vossos esclarecimentos sobre a articulação entre as duas entidades e, em particular, sobre as actividades desenvolvidas em escolas públicas.

Nesse contexto, solicitamos resposta às seguintes questões:

1. Porque razão eram trabalhadores ou comerciais da Advance Station, e não técnicos ou representantes da "AILE", a distribuir inquéritos identificados com a AILE, a participar em actividades apresentadas como projectos educativos da associação e a realizar reuniões com encarregados de educação? Qual era exactamente a relação contratual ou operacional entre as duas entidades nestas actividades?
2. Confirmam que os projectos educativos ou inquéritos realizados nas escolas podiam conduzir posteriormente a reuniões com encarregados de educação de carácter comercial, destinadas à apresentação e venda de cursos da Advance Station? As escolas e as entidades que autorizaram ou tiveram conhecimento dos projectos foram previamente informadas dessa componente comercial?
3. Foi dada aos comerciais da Advance Station alguma orientação para não utilizarem a palavra “contrato” nas reuniões com os encarregados de educação ou para não apresentarem inicialmente essas reuniões como tendo uma finalidade comercial? Em caso afirmativo, quem definiu essa orientação e com que fundamento?
4. Os contactos dos encarregados de educação obtidos no âmbito dos inquéritos ou actividades realizadas nas escolas pela "AILE" foram utilizados pela Advance Station para contactos comerciais? Em caso afirmativo, qual foi o fundamento legal para essa utilização e de que forma foram os titulares dos dados informados dessa finalidade?

Agradecemos o envio das respostas, bem como de eventuais documentos que entendam relevantes, até às 17H00 desta sexta-feira, 28 de agosto de 2026, de modo a podermos reflectir a vossa posição numa notícia a publicar.

Cumprimentos,

Elisabete Tavares
Jornalista
PÁGINA UM

WWW.PAGINAUM.PT